

A assessoria de imprensa no processo de produção de notícias¹

Neide Queiroz de ANDRADE²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Este artigo traz a análise de uma entrevista semiestruturada com um profissional de assessoria de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco acerca da sua visão de mundo sobre política de drogas e rotina de trabalho. O objetivo é trazer à tona a prática da assessoria de imprensa na rotina de produção de notícias da cobertura sobre drogas. A análise é feita a partir de conceitos bourdieusianos como campo, capital cultural, intermediário cultural e capital simbólico. Além disso, trabalha-se com as problematizações de Nelson Traquina sobre os critérios de noticiabilidade. A temática é importante para observar a rotina de produção de notícias começando nas assessorias, já que o campo jornalístico em Pernambuco tem tido as suas redações enfraquecidas, com perda de mão de obra profissional e depende dos conteúdos enviados pelos assessores.

Palavras-chave: assessoria de imprensa; produção de notícias; intermediário cultural; capital simbólico; critérios de noticiabilidade.

1. Introdução

Com uma política de comunicação que pouco investe no jornalismo independente ou público, as empresas de jornalismo tradicionais sucateiam cada vez mais as redações que, enfraquecidas, reduzem a atividade dos seus repórteres a um jornalismo de gabinete, sem checagem adequada de fatos, nem apuração nas ruas. Dependendo ainda mais das assessorias de imprensa com seus materiais. Paralelo a esse enfraquecimento das redações, temos o fortalecimento das assessorias de imprensa. Seja por meio de agências de publicidade ou, ainda, com equipes de profissionais contratados pelas próprias empresas.

Este artigo traz a análise de uma entrevista semiestruturada feita com um jornalista, assessor de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco, e propõe um olhar para a prática da assessoria de imprensa na rotina de produção de notícias que chegam ao público pelos veículos de jornalismo tradicionais, e para visão de mundo do assessor afetando as suas tomadas de decisão no dia a dia do trabalho quando observamos a produção de notícias sobre drogas. Veremos, aqui, o fortalecimento da equipe de profissionais de comunicação nas assessorias. Na Polícia Civil de Pernambuco, por

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo. XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, especialista em Direitos Humanos, mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. E-mail: neidequeirozdeandrade@gmail.com;

exemplo, são oito profissionais, entre jornalistas, social media, cinegrafista e editor de vídeo³. Uma equipe capaz de enviar material completo para qualquer veículo de imprensa, em qualquer formato. É de se esperar que, por serem fontes oficiais, o órgão seja muito demandado, entretanto, o que se vê é uma produção intensa de material diariamente em sites, redes sociais, mídias sonoras e emplacamento de pautas, o que sugere uma inversão de papéis - não é mais o jornal que procura as fontes oficiais, mas sim as fontes oficiais, com suas assessorias de imprensa, que vão até os jornais procurar espaço para veicular uma narrativa acerca da sua visão de mundo, disputando o fomento do estilo de vida que defendem enquanto corporação.

2. O jogo no campo jornalístico

O campo jornalístico é dependente de forças externas, assim também como apresenta a sua força em outros campos. Se o campo econômico afeta o que o jornalismo vai falar devido à audiência e manutenção dos leitores, por exemplo, o campo político também é diretamente afetado pelo jornalístico, mesmo exercendo relações de forças diferentes (BOURDIEU, 1997). Sabendo disso, a observação das relações entre os atores do campo com o fato noticiado se faz necessária para problematização sobre a formação das notícias. Sabemos que a questão da política de drogas afeta, principalmente, pessoas negras e pobres, com fatos como o encarceramento em massa, a evasão escolar, o trabalho infantil e o aumento da violência (FIORE, 2012), a partir daí, observamos uma questão de classe marcante quanto às consequências da política de drogas.

Em Falcão (2018), o campo jornalístico em Pernambuco foi estudado a partir da cobertura da Parada da Diversidade, foi possível observar alguns pontos congruentes à política de drogas - como a questão do conservadorismo e da moral pequeno burguesa, assim como a influência da reação do público e, ainda, a disputa de narrativa tomada pelos movimentos sociais. Entretanto, alguns pontos sobre o campo não foram acessados, como, por exemplo, a relação com as fontes oficiais e o silenciamento para as ideias que disputam espaço, seja na narrativa jornalística, seja no campo da política de drogas.

Dessa forma, observar o campo jornalístico a partir da cobertura da política de drogas tem o potencial de dimensionar opiniões políticas, conservadorismo, as vivências de classe, assim como as regras do campo influenciando na cadeia produtiva das notícias.

³ Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021.

Essa cadeia produtiva, entretanto, tem sido observada, principalmente, na perspectiva do veículo de imprensa. Mas a prática da assessoria de imprensa é um mercado que tem crescido no Brasil (MAFEI, 2004). O profissional, formado em comunicação social e, geralmente, com habilitação em jornalismo, é responsável por transformar os fatos da empresa ou pessoa assessorada em um *press release* a ser distribuído para imprensa com o objetivo de ocupar os jornais como uma notícia positiva para aquele assessorado.

Paralelo ao crescimento desta atividade, devido à compreensão por parte dos empresários, gestores e figuras públicas acerca da necessidade de uma boa imagem diante do seu público, está, ainda, o enfraquecimento dos veículos tradicionais de comunicação. No Recife, por exemplo, os três principais jornais impressos têm problemas históricos com a manutenção dos seus profissionais. Há anos, os trabalhadores da Folha de Pernambuco fazem greves e protestos para repudiar os atrasos nos salários. Já o Diário de Pernambuco tem a redação mantida, basicamente, por estagiários com alta carga de trabalho. Esse jornal chegou a quase ser fechado e, desde 2018, tem passado por vendas sucessivas e demissões em massa. Em 2020, dois grandes passaralhos⁴ atingiram, também, o Jornal do Comércio⁵, que deixou desempregados profissionais premiados e antigos da empresa. Nesse cenário de enfraquecimento da mão de obra dentro das redações dos veículos, as assessorias de imprensa têm se fortalecido, tanto como um nicho de mercado para esses profissionais, quanto como um serviço para entregar notícias prontas aos jornais, que, por sua vez, não conseguem abarcar todas as notícias da cidade com checagem de fatos, escuta de fontes diferenciadas ou mesmo com outros conteúdos que sejam próprios e não pautados pelas assessorias de imprensa.

Daí a necessidade de olhar para as figuras dos assessores de imprensa, observar quem são, de onde vieram e como se comportam para responder o questionamento básico das teorias da comunicação de “Por que as notícias são como são?” (PENA, 2020). Muito se olha para os repórteres dentro das redações em veículos, entretanto, é preciso reconhecer que a cadeia de produção de notícias tem começado no assessor de imprensa através da lapidação dos fatos, escolhas para data de divulgação e relacionamento com os profissionais que estão nos veículos para informar o que tem acontecido na cidade.

⁴ Jargão jornalístico para se referir a eventos de demissões em massa de jornalistas e profissionais da imprensa.

⁵ Nota publicada pelos Sindicatos dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope): “SJCC demite em massa sob pretexto de ‘enxugar gastos’”. Disponível em: <https://www.sinjope.org.br/2018/12/26/sjcc-demite-em-massa-sob-pretexto-de-modernizacao-e-ajuste-de-planejamento/> acesso em 28 abr 2021.

Enquanto assessora de imprensa de órgão municipal de trânsito, em período da Pandemia da Covid-19, ciente de que os grandes critérios de noticiabilidade estariam voltados para a Secretaria de Saúde em função da crise sanitária, já adiei ou antecipei divulgação de pautas para não competir com os colegas assessores de imprensa da pasta da saúde. Uma conversa que não passou em momento nenhum pelos *gatekeepers*⁶ dos jornais tradicionais, mas que foi decidida entre os assessores de imprensa, o que é noticiado hoje ou amanhã “para todo mundo sair na TV”, como dizemos.

A influência direta de uma assessoria de imprensa para emplacar notícias de interesse nos jornais molda o serviço jornalístico à veiculação de informações de pessoas ou órgãos com um capital econômico para manter essas equipes e exige, também, capitais social e simbólico do assessor de imprensa - para usar do bom relacionamento e do prestígio a fim de emplacar ou derrubar assuntos nos jornais. Nesse cenário, podemos afirmar que a assessoria de imprensa funciona como um elemento de distinção (BOURDIEU, 2017) para as representações sociais no jornalismo. Esses profissionais trabalham com técnica e conhecimento do funcionamento do campo, com o horário mais viável para divulgar cada informação, formato adequado, discurso alinhado. Isso mexe na narrativa jornalística sobre a realidade social porque restringe às classes mais abastadas em capital econômico o poder de ocupar os jornais. E os profissionais precisam conquistar capital social e simbólico no campo jornalístico para conservar a ordem social que está posta.

É preciso destacar que o crescimento da atividade da assessoria de imprensa no mercado jornalístico é um fruto da própria política de comunicação, que fragiliza os veículos de imprensa e, com isso, a prática profissional dos repórteres nas redações. Com a privatização dos veículos de comunicação e pouco investimento no jornalismo independente ou público, as empresas, focadas no lucro, precarizam cada vez mais o serviço dos profissionais nas suas redações, seja com salários atrasados, demissões, ou falta de estrutura para apuração de conteúdo jornalístico aprofundado e crítico. Cabe, então, a distribuição da informação que chega pelas assessorias de imprensa, veiculadas, muitas vezes, sem criticidade.

Na prática, quem tem uma assessoria de imprensa sai na frente. Isso porque esses profissionais jogam o jogo do campo jornalístico, atribuindo critérios de noticiabilidade

⁶ Referência à teoria da comunicação com foco no eixo individual, que enxerga o profissional de jornal na função de pouteiro ou editor, assim como a sua visão de mundo, como sendo responsável pelas notícias serem como são.

aos fatos que são de interesse dos seus assessorados. Os assessores de imprensa entregam textos no formato de notícia - os *press releases* -, com caráter informativo, dados, falas de gestores, além de materiais de imagens que auxiliem na divulgação do fato. A diferença entre esse material de divulgação e uma matéria jornalística propriamente dita é, essencialmente, o confronto. O material divulgado pelo assessor de imprensa é obrigatoriamente de interesse do assessorado divulgar porque, de alguma forma, vai agregar valor positivo à imagem da empresa.

A questão é que, com a política de comunicação instituída e o enfraquecimento dos veículos de imprensa com cada vez menos profissionais de jornalismo, o poder de estar em diversos lugares e contatar diversas fontes está cada vez menor. Entretanto, o contato com os assessores de imprensa aumentou e foi estreitado, de forma que, essencialmente, as notícias que estão nos jornais são frutos das assessorias de imprensa, o que gera uma dependência desse serviço e, a partir daí, uma desigualdade quanto à capacidade de representação nas narrativas jornalísticas. Nesse cenário, pretende-se responder, neste artigo, a seguinte questão: Como a assessoria de imprensa afeta a produção de notícias?

3. Metodologia

A metodologia utilizada para coleta de dados foi a de entrevista semiestruturada. Para chegar até o entrevistado, foi utilizada a técnica de bola de neve. Acionando um colega antigo no campo jornalístico, que tinha trabalhado na editoria de cidades e na chefia do Jornal do Comércio, respeitado entre os pares, ou seja, podemos afirmar que tem um nível interessante de prestígio e capital simbólico, me foi indicado o entrevistado, que será, aqui, identificado com o nome fictício de Camilo. Antes de chegar à entrevista, pelos relatos dos meus colegas de profissão, também jornalistas, eu já sabia que o meu entrevistado era alguém de prestígio no campo, respeitado, bem-visto pelo seu trabalho e relacionamento entre os demais jornalistas. Esse é um dado importante para análise porque a inserção no campo jornalístico depende de um capital cultural incorporado, como a fluência na comunicação oral e escrita, domínio da norma culta na língua portuguesa. E a indicação de um nível de prestígio dentro do campo revela uma dominação dessas exigências e um lugar confortável de aceitação entre os pares, a legitimidade.

O contato inicial foi feito por *whatsapp* e Camilo pediu que nos reuníssemos⁷ na sede da Polícia Civil de Pernambuco. Algo que, inicialmente, evitei, mas ele garantiu que teríamos uma sala reservada com privacidade para conversar a fim de que mantivéssemos a integridade da metodologia para que ele pudesse se sentir à vontade para falar e assim foi feito. No encontro, foi assinado um termo de compromisso para que a identidade do entrevistado não fosse revelada e, ainda, concedendo a autorização da gravação em áudio da entrevista para fins acadêmicos, que, posteriormente, foi transcrita para análise apresentada a seguir. Quanto ao perfil do entrevistado, formou-se em um dos principais cursos de jornalismo do Recife, atua há mais de vinte anos em jornalismo e atuou em jornais impressos e em rádios da cidade no início da carreira. Posteriormente, migrou para assessoria de imprensa com uma vasta experiência na assessoria de políticas públicas.

4. Assessores, assessorados e suas visões de mundo na produção de notícias

De acordo com Traquina, os jornalistas constituem uma comunidade interpretativa, que olha os fatos, identifica se são ou não uma notícia por meio dos critérios de noticiabilidade adotados tanto pelo profissional, quanto pelo veículo de imprensa, e interpreta para contar aquela história. Esses critérios de noticiabilidade são frutos do campo jornalístico, mas trazem, também, as visões de mundo dos jornalistas enraizadas nas suas trajetórias de classe e se expressam na cobertura noticiosa sobre drogas, com uma narrativa predominantemente voltada para veicular discursos ligados à segurança pública, como se vê na análise da cobertura jornalística do JC Online em 2017, quando 94,1% das notícias que envolviam a temática sobre drogas abordavam a política de segurança pública e, além disso, 97,6% dos casos traziam o poder público como fonte da reportagem (ANDRADE, 2018).

Temos aí uma proatividade da assessoria de imprensa das polícias em divulgar suas pautas sobre drogas. Isso porque, de acordo com a Lei 11.343/2006, as políticas de drogas são ancoradas nas pastas de segurança pública, saúde e assistência social. Entretanto, a necessidade em pautar notícias relacionadas a drogas como um assunto de polícia, reverberando a ideologia punitivista, faz com que se emplaque mais notícias sobre drogas ligadas à segurança pública. Isso se dá, muito, pela visão de mundo dos próprios repórteres em seus veículos, mas se a produção de notícias engloba, também, os

⁷ O encontro, realizado em maio de 2021, durante a pandemia da Covid-19, seguiu protocolos de segurança instituídos pelas autoridades sanitárias, com distanciamento social e uso de máscaras.

assessores de imprensa e, com isso, os próprios gestores públicos, esses atores devem ser levados em consideração. Os dados das pessoas que influenciam na rotina produtiva das notícias são importantes porque nós temos, na cobertura da política de drogas, notícias relacionadas à pasta de segurança pública e quase ou nenhuma desnaturalização dos acontecimentos. Quando perguntamos ao nosso entrevistado, por exemplo, se ele achava que o tráfico de drogas deveria ser considerado um crime, respondeu:

O tráfico de drogas é um crime, né? No código penal é um crime. Tô falando como Camilo⁸, não tô falando como assessor de comunicação da Polícia Civil. Mas eu considero um crime, sim, um crime muito violento, que provoca muitos homicídios, que amedronta muito as pessoas, e que infelizmente faz muitas vítimas também, porque não atinge só quem usa drogas, atinge toda uma estrutura, né? Família, amigos, é muito triste tudo isso. (Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021).

Ou seja, houve dificuldade para compreender que a pergunta “Você acha que o tráfico de drogas deve ser considerado um crime?” Não se tratava, necessariamente, do Código Penal, mas sim do porquê ele está neste código. O entrevistado inicia justificando a existência do crime como se o Código Penal fosse algo que naturalmente dissesse o que é ou não um crime. Apenas depois argumenta que deve ser crime por questões de violência, uma afirmação questionável. Galassi e Tófoli (2017) analisam a Lei 11.343/2006 como responsável pelo aumento da violência na disputa do mercado de drogas. Segundo eles, o descontrole e a má qualidade das substâncias ofertadas, somado à violência, geram impacto no sistema de saúde, os presídios ficam lotados por conta de encarceramento por pequenos delitos, as pessoas que fazem uso abusivo de drogas terminam nos presídios e são afastadas do atendimento psicossocial, além da entrega da regulação do mercado de drogas a organizações criminosas, fator que fortalece o crime organizado. Os autores falam, ainda, sobre o que chamam “populismo penal”, para eles, a política de drogas tem funcionado para prender as pessoas que são consideradas criminosas, fazer com que a população se sinta mais segura, dar uma satisfação à população, mas que, na prática, causa mais efeitos colaterais que benefícios.

Esse populismo penal foi adotado pelo Governo de Pernambuco. No início de 2015, foi proposta uma gratificação financeira para os policiais que mais apreendessem

⁸ Nome fictício.

drogas no Estado⁹. A iniciativa dava a entender que a violência em Pernambuco se devia aos crimes de drogas e passava à população apenas a sensação de segurança. Quanto ao populismo penal, é importante destacar que é um posicionamento da gestão e isso é importante para analisar a informação da resposta obtida na entrevista quando foi perguntado sobre com quem a assessoria de imprensa da Polícia Civil alinha o discurso a ser divulgado nas pautas:

A gente alinha diretamente com a chefia, com a chefia de polícia, (...) ele é muito cuidadoso com a questão da comunicação porque ele tem noção da importância de uma ASCOM dentro de uma corporação. Então em todos os casos a gente alinha com ele e alinha com os diretores também, para que fique tudo organizado. (Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021).

Além disso, a sensação de segurança é utilizada pelo entrevistado como um critério de noticiabilidade para informar à população sobre o serviço realizado pela Polícia Civil. Quando perguntado sobre o que consideram como notícia para divulgar, o entrevistado respondeu:

É notícia para divulgar uma prisão que tenha sido feita pela Polícia Civil, e muitas vezes essa prisão é feita em parceria com a polícia militar também, é bom destacar essa integração entre as forças, é... De um traficante importante que tenha uma relevância pra determinada área, a prisão dele, é... *a divulgação da prisão dele pode trazer mais tranquilidade pra aquela comunidade, inclusive, então eles podem ver aquela notícia e se sentir um pouco mais seguros, digamos assim.* A quantidade de drogas também é uma questão para divulgação, quando existe uma grande quantidade de drogas, ela chama muito mais atenção da imprensa, do que as pequenas quantidades que são feitas diariamente, quando tem um volume maior, como a gente teve esse da delegacia de paulista com 100 kg de maconha, ele chama mais atenção da imprensa e também tem um impacto maior visualmente e na informação. (Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021, grifo meu).

A informação de que “(a grande quantidade de maconha) tem um impacto maior visualmente e na informação” revela o uso do que Nelson Traquina nomeou de valores-notícias de construção, mostrando a possibilidade ou não de um fato se enquadrar no formato da notícia. “Por valores-notícia de construção entendem-se os critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2008, p.91). Nesse exemplo da apreensão de 100 kg de maconha,

⁹ Reportagem publicada no G1 Pernambuco em 29 de janeiro de 2015: Governo de Pernambuco propõe gratificação policial por rendimento individual. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/01/governo-de-pe-propoe-gratificacao-policial-por-desempenhoindividual.html> acesso em 28 abr 2021.

observa-se que a assessoria de imprensa e os repórteres atribuem o valor-notícia de “simplificação”, quando não há ambiguidades e quando a notícia é compreensível (TRAQUINA, 2008). O que revela, no entanto, o silenciamento de movimentos sociais como a Marcha da Maconha, que atua em Pernambuco e traz especialistas em saúde, segurança pública e assistência social, criticando o sistema de justiça criminal que encarcera massivamente por envolvimento com drogas. Apesar de acreditar que o tráfico de drogas deve ser considerado crime, que a prisão dos envolvidos leva a mais segurança nas comunidades e de utilizar critérios de noticiabilidade como a simplificação, quando perguntado sobre a opinião em relação à política de drogas em Pernambuco, o entrevistado respondeu:

Bom, eu acho que a questão de drogas não é uma questão só de prisão, de prender o traficante, ou de prender o usuário e coisa e tal. Acho que é uma questão muito mais ampla, uma questão social, é uma questão que envolve educação, uma questão que envolve lazer, uma questão que envolve economia também, ter comida dentro de casa, ter um lugar para morar, ter uma estrutura familiar mais organizada. E ter uma estrutura familiar organizada tem a ver com tudo isso, com o pai estar empregado, a mãe estar empregada, ter comida para botar na mesa, é uma questão muito mais ampla do que só prender. A prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime, mas o caminho que o... que a pessoa segue até ser preso, tem várias variantes aí, né? (Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021).

A fala acima é interessante porque faz um movimento para desnaturalizar o tráfico de drogas procurando um motivo pelo qual as pessoas se envolvem nesta atividade, mas volta à naturalização de que a prática deve ser considerada crime porque está posto assim na lei, “a prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime”. Não existe um questionamento do motivo pelo qual isso é considerado crime, mesmo quando as principais práticas de violência não estão associadas às drogas. Esse movimento foi visto, também, na narrativa dos repórteres sobre drogas, na análise das notícias publicadas no JC Online em 2017.

“Em 92.2% das reportagens analisadas não se explicou a política de drogas tratada na pauta e em 91.7% dos casos não foram problematizadas as questões da política brasileira de drogas abordadas na pauta.” (ANDRADE, 2018, p.8).

Retomar a ideia de campo em Bourdieu é essencial para analisar as questões de classe externas ao campo jornalístico e, ainda, a própria estrutura interna desse campo, apontada por Traquina (2008) e pelo próprio Bourdieu (1997). Tanto pela influência do capital econômico na contratação de uma assessoria de imprensa, quanto, ainda, pela

necessidade do capital simbólico na atividade do assessor de imprensa, ao precisar influenciar repórteres e editores dos jornais. Autonomia, relações objetivas e conflitos são características do conceito de campo. Cada campo possui regras e desafios específicos em cada espaço e esse conceito, assim como os de posição de classe, *habitus*, e os tipos de capital cultural (BOURDIEU, 2017), é importante para compreender o motivo de haver fontes legitimadas e não legitimadas para composição das notícias. E, além da ideologia liberal burguesa posta no campo jornalístico, que traz consigo um punitivismo, benéfico às próprias polícias, a aquisição de uma equipe de assessoria de imprensa também é um fator para tornar as fontes legitimadas ou não, porque, enquanto membros do campo jornalístico, os assessores de imprensa atribuem valor-notícia aos fatos que querem ver nas páginas dos jornais, ou seja, atribuem legitimidade.

O jornalista, assim, atua como um intermediário cultural, cujas lentes para enxergar os fatos ajudam a formar a visão de mundo do público, que o legitima enquanto capazes para produzir a notícia. São atores que detém, por meio do capital simbólico, o "poder de consagrar, além de objetos (é o efeito de grife ou de assinatura) ou pessoas (pela publicação, exposição, etc.), portanto, de dar valor e obter benefícios desta operação" (BOURDIEU, 2018, p. 20). Dessa forma, o jornalista carrega consigo o poder simbólico de dizer os fatos que serão ou não notícia, de permitir as fontes que serão ouvidas, tudo isso transpassado pela sua lente, ou seja, pela sua visão de mundo, construída pela cultura no *habitus* do campo que ocupa e da trajetória de classe.

O jornalista como intermediário cultural vai dizer o que é ou não interesse público, o que as pessoas precisam ou não saber, quais informações são relevantes e, conseqüentemente quais não são de interesse público e não possuem relevância. Nesse meio, o *gatekeeper* decide o que sai nos jornais, mas, na rotina, os assessores de imprensa atuam como um filtro de informação antes do *gatekeeper*. Bourdieu (2018), chama atenção para o consumo da obra de arte e o seu caráter mágico, no sentido de que não basta o artista produzir, mas são necessários, também, movimentações sociais para produção de valor àquele objeto artístico e isso se faz por meio do intermediário cultural, que possui autoridade para observar um elemento e consagra-lo ao chama-lo de "arte" ou ao dizer que é de "bom gosto", no caso do campo jornalístico, esse movimento se faz no acesso às redações, ao observar um fato e julgar que existe interesse público e valor-notícia, e, portanto, deve ocupar espaço no jornal. Além disso, os jornalistas escolhem, também, as fontes que são capazes de falar sobre o assunto, as versões sobre os fatos que

têm autorização para ocupar o espaço tido como sagrado dos jornais, o espaço pelo qual se disputa e onde estão os fatos tidos como mais importantes e uma comunidade de pessoas especializadas e autorizadas dizem o que o público precisa saber naquele dia.

Durante a entrevista, Camilo pediu para desligar o gravador uma vez, e revelou uma informação que me comprometi em não divulgar porque tem efeito de atrapalhar os trabalhos da Polícia Civil e causar impacto no cenário da política de drogas. Cabe ressaltar, aqui, no entanto, o dado de que o assessor de imprensa decide o que vai ou não ser publicado nos jornais a partir de uma interpretação que faz sobre os fatos e suas possíveis consequências. Além disso, é importante lembrar que a assessoria de imprensa serve a um cliente, como vimos anteriormente, a equipe alinha o que e como será divulgado com a chefia de polícia, por exemplo. Isso é interessante para observar que, na cadeia de produção, uma das possibilidades de caminhos para formação de notícias é o de: *cliente do assessor de imprensa – assessor de imprensa – repórter – editor – público*. Esse dado é importante para revelar que o capital econômico é relevante na produção de notícia, já que pode contratar uma assessoria de imprensa.

Apreensão de drogas a Polícia Civil faz todos os dias, sempre. *Infelizmente é um problema que existe, mas a polícia faz o seu papel de prender, só que a imprensa não se interessa por toda apreensão de drogas, nem por todo preso que foi capturado em função disso. Então a gente tem que fazer tipo uma triagem do que chega para a gente para ver o que é interessante divulgar para imprensa ou não. Hoje, por exemplo, a gente fez uma divulgação de uma prisão que teve na madrugada de ontem, uma apreensão de mais de 100 kg de maconha, aí é uma coisa que chamou atenção (...) aí isso a gente soltou o release para imprensa no grupo hoje e imagens, mas aí eles vão trabalhar com essas informações. (Informação concedida em entrevista à pesquisadora em maio de 2021, grifo meu).*

O “grupo” ao qual o entrevistado se refere é o de *whatsapp*. Na entrevista, ele revelou que a assessoria de comunicação mantém quatro grupos de *whatsapp* com os jornalistas: dois com a imprensa da Região Metropolitana do Recife, dois com a imprensa do interior. Além disso, no trecho acima, revela a necessidade de uma “triagem” das informações que chegam para saber o que vai ou não passar para imprensa. Durante a conversa, o entrevistado abriu o aplicativo de mensagens no seu celular e mostrou a interação em um grupo interno da Polícia Civil, com informações dos membros da corporação falando sobre as operações, entre elas, apreensões de drogas. Para as quantidades consideradas pequenas, o entrevistado dizia “*não divulgamos porque a imprensa não se interessa por isso*”. Apesar de saber responder quais são as

características que se atribui a uma apreensão de drogas para serem consideradas notícias, quando o entrevistado destacou a quantidade alta e o destaque da pessoa detida, o comportamento para decidir o que é ou não notícia parece ser rápido, no momento que se lê, percebe se é ou não. É um comportamento apreendido, um sistema de disposições duráveis que se manifesta no campo, um *habitus* (BOURDIEU, 2017).

Para pensar no intermediário cultural, é necessário, também, o conceito de capital cultural, utilizado por Bourdieu para responder à problemática do porquê alguns estudantes se desempenham bem nos ambientes escolares e outros não. Bourdieu procurava uma explicação sociológica – no exercício de desnaturalizar – e encontrou ligações entre o desempenho escolar dos estudantes e a socialização na cultura das classes dominantes, especialmente na família. O desempenho escolar atrelado à cultura dominante se dá, principalmente, porque consideram a cultura dos grupos sociais dominantes como "legítima". Esses estudantes, dessa forma, socializados na família de classe dominante, com uma cultura tida como legítima no espaço escolar, têm desempenho melhor, levando, inclusive, à violência simbólica contra os grupos dominados. (NOGUEIRA, *in* CATANI *et al*, 2017).

O conceito do capital cultural depende do fenômeno da legitimação da cultura da classe dominante que se dá como se fosse a própria cultura universal, em um movimento de apagamento das culturas dominadas, nomeado como "arbitrário cultural". Esse conceito de arbitrário cultural é importante na relação de legitimação e deslegitimação dos fatos que se tornarão notícia, assim como as fontes que serão legitimadas para ocupar espaço nos jornais, com suas ideias, opiniões, visões de mundo e estilos de vida. Esse fenômeno será importante para pensar respostas acerca do motivo pelo qual não são questionadas as prisões e mortes por tráfico de drogas, ou pela normalidade com que se consome e comercializa drogas em ambientes mais abastados, sem ser considerado como notícia, sem haver consequências policiais pelo enquadramento como crime de tráfico. Quando perguntado se já houve dificuldades de comunicação em relação à oposição criticando o trabalho de apreensão de drogas e detenções de pessoas envolvidas, o entrevistado respondeu: *“Eu não me lembro de nada não, assim, nesse sentido”*. A cultura jornalística, ao que tudo indica, funciona ancorada com a classe dominante e narra esse ponto de vista como sendo a história do dia, junto às outras que serão contadas naquela edição de jornal, já que, enquanto profissionais, são tidos como aptos a essa

atividade. Dessa forma, temos que a cultura legitimada pelos jornalistas, são as postas como legítimas na sociedade e, neste caso, é a das fontes oficiais ligadas à polícia.

Temos, então, um cenário no campo jornalístico que faz com que a rotina de produção de notícias passe pelas assessorias de imprensa, e, conseqüentemente, pelas próprias gestões públicas. A partir dessa inserção das assessorias de imprensa na rotina produtiva das notícias, temos o capital cultural e simbólico dessas pessoas dentro do campo, utilizados para distribuir as próprias visões de mundo, ou dos seus assessorados, formando um campo cujo início da rotina produtiva de várias notícias é na assessoria de imprensa que, por si só, já é capaz de distinguir classes sociais, seja pelo capital econômico em pagar uma assessoria de imprensa, seja pelo capital simbólico dos assessores ao lidar com os atores do campo, agregando prestígio ao próprio assessorado.

5. Considerações finais

A produção de notícias na imprensa sempre seguiu regras para dizer os fatos que seriam ou não veiculados nos jornais. Mas por que se precisa filtrar os fatos a serem apurados? E também por que essas pessoas atuam na decisão do que deve ou não ser notícia? A partir desses questionamentos, percebemos que a rotina de produção de notícias não passa, apenas, no eixo individual, mas também no social e organizacional.

Ao analisar a cobertura sobre drogas (ANDRADE, 2018), percebe-se uma preponderância das consultas às fontes oficiais e no tratamento da temática como algo vinculado à segurança pública, sem questionamentos ou contrapontos à política proibicionista apresentada. Ao analisar os motivos para esse formato de cobertura, viu-se, inicialmente, as questões sociais. Isso porque, enquanto intermediários culturais (BOURDIEU, 2018), os jornalistas nos seus veículos de comunicação escolhem os fatos de acordo com o que Traquina (2008) chama de “valores-notícias”, critérios socialmente construídos para decidir os fatos que serão apurados. No campo jornalístico, entretanto, tem-se a necessidade de um capital cultural incorporado e certificado para se manter como legítimo – escrita de acordo com a norma culta, boa comunicação na fala, entre outras características (BOURDIEU, 2017) – um fato que, por si só, já é um elemento de distinção entre as classes e pode provocar a concentração de pessoas de classes mais abastadas nas relações.

Entretanto, ao olhar para a perspectiva organizacional, a política de comunicação com baixos investimentos em jornalismo independente e público, concentram a produção

e consumo de notícias nos grandes veículos de imprensa, submetidos a empresas privadas. Além do interesse da manutenção da ordem social – não apenas por tratarem o jornalismo como uma mercadoria, mas pela ligação com outras grandes empresas como shoppings, plano de saúde e empreiteiras –, esses grandes jornais perdem cada vez mais mão de obra, o que gera uma dependência das assessorias de imprensa. As assessorias, em contraponto, cada vez mais fortalecidas, representam um nicho de mercado que abriga jornalistas, muitas vezes oriundos dos veículos tradicionais. Observando esse movimento, que gera dependência das assessorias de imprensa na rotina de produção de notícias, este artigo apresentou uma análise de entrevista semiestruturada com um assessor de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco.

Observa-se, principalmente, uma visão de mundo sobre drogas congruente com a da própria corporação – de que o tráfico deve ser considerado um crime porque é violento. Além disso, o entrevistado afirma alinhar a divulgação das pautas com a chefia de polícia. O que revela que, se a imprensa tem sido pautada pela corporação porque tem potencial de fornecer material pronto, os grupos que estão em conflito com a polícia são representados de acordo com a visão de mundo da própria corporação – de que a prática é um crime naturalmente instituído, sem questionamentos. E, ainda, que aqueles são os criminosos, enquanto a corporação guarda os heróis, uma narrativa bipolar e simplificada.

Nesse cenário, temos, no fortalecimento das assessorias de imprensa e no enfraquecimento das redações, um novo intermediário cultural para produção de notícias: os assessores de imprensa, que vendem a sua mão de obra e poder exercido no campo a um assessorado. Ter ou não ter uma boa assessoria afeta na representação dos grupos na imprensa, ou seja, é algo influenciado pelo capital econômico. Diante disso, percebemos os fatores individuais, sociais e organizacionais contribuindo para manutenção da ordem social ao naturalizar os fatos ligados à política de drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, N. **Jornalismo sobre drogas: por uma cobertura pautada nos valores da democracia e dos direitos humanos**. São Paulo, SP: Intercom, 2018;

BAUER, M., & GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes; 2002;

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017;

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2018;

_____. **Capital Simbólico e Classes Sociais.** Novos Estudos CEBRAP, n. 96. São Paulo, jul. 2013;

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989;

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983;

_____. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997;

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm Acesso em 15 mai.2018;

CATANI, A; NOGUEIRA, M.; HEY, A. MEDEIROS, C. (Org). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017;

FALCÃO, L. **Mídia e Movimento LGBT : um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da parada da diversidade de Pernambuco.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016;

FIGLIARO, M. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas.** Novos estudos, São Paulo, no 92. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a02.pdf> acesso em 5 mar 2021;

GALASSI E TÓFOLI. **Pior que as drogas é a política adotada para lidar com a questão.** 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Pior-do-que-as-drogas-%C3%A9-a-pol%C3%ADtica-adotada-para-lidar-com-a-quest%C3%A3o> acesso em: 28 abr 2021;

MAFEI, M. **Assessoria de imprensa. Como se relacionar com a Mídia.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Contexto; 2004;

MICELI, Sérgio (org). **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1982;
PENA, F. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015;

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, SC: Insular, 2008;

Wolf, M. **Teorias da Comunicação.** Lisboa, PT: Editorial Presença, 2002.